



Rocovell Pinheiro

**AGENDA** Com prioridade para exame em Plenário, medida que reajusta o salário mínimo divide senadores: governo não admite alterações na proposta

## Governo e oposição se enfrentam amanhã na votação do salário mínimo

Senadores da oposição e da base de apoio ao governo travam embate acirrado em Plenário, a partir de amanhã, quando estará em votação a medida provisória que aumenta de R\$ 240 para R\$ 260 o valor do salário mínimo. Os opositoristas insistem em um salário de R\$ 275

Página 3

### Audiência discute intoxicação de agentes

A intoxicação de milhares de agentes de saúde por inseticidas, principalmente os utilizados no combate ao mosquito da dengue, vai ser debatida amanhã pela Subcomissão de Saúde da Comissão de Assuntos Sociais. A audiência está prevista para as 19h.

Página 5

### Lobão pede apoio para microempresa

O senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sugeriu ao Congresso que apóie a proposta da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, elaborada pelo Sebrae. Ele teme que a carga tributária e a burocracia acabem prejudicando esse segmento.

Página 7



Rubens Silva/Ministério da Saúde

### Cidadania mostra que amamentação é um direito da mãe e do bebê

Os bebês devem ser alimentados exclusivamente com leite materno durante os seis primeiros meses de vida. Pesquisas comprovam que as crianças que recebem leite humano se desenvolvem melhor e têm menos doenças, segundo informa o Especial Cidadania.

Página 8

### Parcerias voltam à pauta da CAE

O debate sobre a fixação de normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPPs) pelas administrações federal, estaduais e municipais deve abrir, amanhã, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para as 10h.

Página 4

### Antero quer apurar sonegação da CPMF

Dois requerimentos de informação dirigidos ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, estão na pauta da Comissão de Justiça na quarta-feira. O autor dos requerimentos, senador Antero de Barros, quer averiguar suposta sonegação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Página 4

## Suassuna sugere Grupo Parlamentar Brasil-Tailândia

Um projeto de resolução de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cria o grupo parlamentar Brasil-Tailândia, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos. O projeto (PRS 18/04) tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), com parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA).



Suassuna quer incentivar comércio bilateral

Em sua justificativa, Suassuna afirma que o objetivo principal do grupo será dar suporte à política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de expandir os parceiros preferenciais, recolocando a Ásia no lugar de destaque que lhe é devido por sua importância populacional e crescente desenvolvimento econômico e comercial.

Ele lembra estar em fase de negociação, no Itamaraty, o Memorando de Entendimento para Formação de Comissão Mista Brasil-Tailândia, bem como o Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Sanitária. O comércio entre os dois países está em plena expansão e, em 2003, as exportações brasileiras haviam alcançado US\$ 223 milhões até o mês de setembro, enquanto as importações totalizavam US\$ 178 milhões.

O projeto prevê que o grupo será formado por senadores mediante fichas de adesão.

# Agenda



## Plenário discute novo mínimo amanhã

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, é não deliberativa, destinada a discursos dos parlamentares e comunicados da Mesa diretora. Amanhã, no mesmo horário, os senadores

começam a discutir a medida provisória que fixa o novo valor do salário mínimo em R\$ 260. Se o texto for votado, deverá ser analisada ainda a nova Lei de Falências.

## Painel em comemoração ao Ano da Mulher

Em comemoração ao Ano da Mulher, será realizado hoje um painel com o tema "Mulher: sujeito e agente de transformação", que vai ouvir professores das áreas de enfermagem, sociologia, comunicação e direito da UnB. O evento é uma iniciativa da Comissão Temporária do Ano da Mulher, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB).



## CAE retoma discussão de PPPs

Amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) retoma a discussão do projeto que estabelece normas para licitação e contratação de parceria

público-privada (PPP) no âmbito da administração pública. Também na pauta, proposta sobre capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e matéria

que determina a revisão dos valores cobrados pelo Regime Tributário Simplificado das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples).



## Contaminação de agentes de saúde

As intoxicações de agentes de saúde que atuaram na aplicação de inseticidas para o combate a vetores de endemias, em particular o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, serão debatidas na Subcomissão da Saúde, que se reúne amanhã, às 19h. O encontro conta com a presença do presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Valdi Camárcio Bezerra, entre outros.

## Combate à exploração sexual de menores

Nesta quarta-feira, a partir das 10h, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar mais rígidas as medidas de combate à prostituição e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Os senadores discutem ainda proposta que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato em postos de gasolina.



## Demarcação de reservas

A Comissão Externa que discute os conflitos envolvendo a demarcação de terras indígenas, especialmente nos estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, realiza nesta quarta-feira, às 17h, audiência pública com a presença do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes.

## Salário mínimo na TV

O programa *Cidadania* de hoje, apresentado pela TV Senado às 19h30, discute o novo valor do salário mínimo, fixado pelo governo federal em R\$ 260. Participam o senador Paulo Paim (PT-RS) e a representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Lílian Marques.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Pavan quer regulamentar profissão de publicitário

A regulamentação da profissão de publicitário, projeto apresentado pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), está sendo examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo. Se a proposta (PLS 30/04) for aprovada pelos integrantes da comissão, poderá ser enviada diretamente ao exame da



Projeto de Pavan está sendo discutido na CAS

Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso dos senadores para votação no Plenário.

Pavan argumenta que, embora a Lei 4.680/65 disponha sobre o exercício da profissão de publicitário, sua efetiva regulamentação não ocorreu. Portanto, acrescente o senador, torna-se necessário corrigir essa anomalia para resguardar os direitos desses profissionais que exercem suas atividades em agências de publicidade e de propaganda.

Ele lembra os prêmios que têm sido recebidos por profissionais da área e ressalta que a qualidade dos serviços, num mundo globalizado e de forte concorrência, só tem chance de desenvolvimento se a profissão for exercida por pessoas altamente capacitadas e preparadas academicamente.

– Definitivamente, essa atividade não se presta para amadores ou aventureiros. Portanto, o objetivo da nossa iniciativa não é criar uma reserva de mercado para determinada categoria de profissionais, mas proporcionar condições que estimulem o desenvolvimento e o aprimoramento de sua atividade – explicou.

De acordo com o projeto de Pavan, o exercício da profissão é privativo dos diplomados em Publicidade em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos pelo Ministério da Educação. Os diplomados em curso similar no exterior, estabelece o projeto, têm que revalidar e registrar o diploma nos órgãos específicos no Brasil. Exige-se também, na proposta de Pavan, estágio de um ano na área para que o profissional obtenha o registro profissional.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Roosevelt Pinheiro



**VANTAGEM** Tuma afirma que, na maioria dos países, trabalhador escolhe onde receber seu salário

## Projeto de Tuma faculta aos empregados escolher banco

Projeto de lei apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) estabelece que o empregado tem o direito de indicar o banco e a agência em que prefere receber o pagamento do seu salário. A proposta altera dispositivo da Lei 10.820, que autoriza o desconto em folha de pagamento dos empréstimos bancários concedidos aos trabalhadores.

Tuma explicou que, enquanto nos países desenvolvidos os empregados decidem onde querem receber sua remuneração, no Brasil “os empregadores condicionam a movimentação da massa salarial, que é um bem de propriedade do conjunto dos trabalhadores, para negociar vantagens financeiras para si próprios”.

### Monopólio

Esse mecanismo, intitulado no mercado de reciprocidade bancária, serve, segundo o senador, para que as instituições financeiras detenham o “monopólio dos depósitos”, com um grande volume de clientes “cativos”. Em contrapartida, os bancos concedem vantagens financeiras às empresas, mas não repassam esses benefícios aos trabalhadores.

Os empréstimos consignados em folha induziram os bancos, como reconheceu Tuma, a aumentar a oferta de crédito para os trabalhadores, porque, além das facilidades da cobrança do financiamento pelo desconto direto na folha de salários da empresa, o risco da operação é praticamente nulo. Só que se verificou, segundo o parlamentar, um aumento expressivo do custo do dinheiro para os mutuários, refletindo o desinteresse dos bancos por essa modalidade de crédito.

# Senado vota esta semana MP que fixa o salário mínimo em R\$ 260

Os opositores insistem em reajuste para R\$ 275, mas governo não admite alteração no valor

Governo e oposição têm a partir de amanhã um embate acirrado, quando estará na pauta de votação do Plenário a medida provisória (MP) que aumenta de R\$ 240 para R\$ 260 o valor do salário mínimo. Os opositores, inclusive o relator, senador César Borges (PFL-BA), insistem em um salário de R\$ 275, mas o Executivo não admite alterações.

Desde que foi editada pelo presidente da República, com vigência em 1º de maio, a MP 182 tem gerado polêmica até

mesmo dentro do PT – no Senado, dois petistas afirmaram que pretendem dar voto contrário e outros dois já disseram que devem se abster na votação. Eles alegam que o valor é baixo. O relator vai apresentar um substitutivo à MP, fixando o mínimo em R\$ 275.

A votação pode começar nesta terça, e, necessariamente, a MP precisa ser apreciada antes de quaisquer outros projetos, já que a proposição começou a trancar hoje a pauta do Senado, como determina a Constituição.

Essa deverá ser uma das votações mais apertadas da Casa, desde maio último, quando o governo foi derrotado por três votos na decisão sobre a MP que proibia os bingos. O senador Paulo Paim (PT-RS), defen-

sor de aumentos mais elevados para o salário, garantiu da tribuna que 53 dos 81 senadores discordam do valor de R\$ 260.

### Entendimento

Depois disso, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, promoveu várias reuniões com senadores, incluindo petistas e até opositores. Antes da votação de amanhã, a bancada do PMDB no Senado fará uma reunião para tratar do assunto – vários peemedebistas também não concordam com os R\$ 260.

Assim que for resolvido o salário mínimo, os senadores têm uma longa agenda de votações. O primeiro projeto da lista estabelece normas de controle e fiscalização das organizações não-governamentais (ONGs). De autoria da CPI das ONGs,

ele tramita junto com outro projeto sobre o mesmo assunto, do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR).

Consta ainda da pauta o projeto da nova Lei de Falências (PLC 71/03), que passaria a se chamar Lei de Recuperação das Empresas, pois seu objetivo é a manutenção de uma empresa em dificuldades, e não sua liquidação.

Se a pauta for liberada, também haverá o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional (PEC 55-A/01) que reduz o número de vereadores, e da PEC 17/04, que aumenta de 25% para 29% a participação dos estados e municípios na arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

## Cristovam defende medidas em defesa do trabalhador

Cristovam Buarque (PT-DF) fez apelo aos senadores para que só votem a medida provisória que aumenta o salário mínimo para R\$ 260 se houver compromisso do presidente Lula com a implantação de medidas sociais que melhorem as condições de vida do trabalhador. Ele informou que entregou ao governo uma relação com 15 propostas nesse sentido. A lista inicia com a obrigatoriedade de vagas nas escolas para toda criança que completar quatro anos e a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb).

– Quero deixar aqui meu apelo pela proteção do salário mínimo. Não votemos os R\$ 260 se não vier com complemento para melhorar as condições de vida da população. Não vamos exigir do presidente pagar mais do que ele diz que é possível.

O senador afirmou ser necessário proteger o salário sob dois ângulos. De um lado, contra a inflação, mas com responsabilidade fiscal para evitar repercussões, sobretudo nas contas da Previdência, e, por outro lado, assegurando acesso do trabalhador aos serviços públicos a que tem direito. Ele disse ter defendido essa mesma posição durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Na sua opinião, o Senado precisa assumir o compromisso de



**SAÍDA** Cristovam Buarque propõe adoção de um choque social pelo Planalto

proteger o salário mínimo, exigindo que o presidente da República assegure já na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005 um conjunto de medidas sociais. Cristovam afirmou que os ministros da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e da Fazenda, Antonio Palocci, além de lideranças, têm se mostrado receptivos à idéia.

O senador inclui na lista um piso salarial para o professor do ensino básico, a obrigatoriedade do ensino médio e o envio ao Congresso de um projeto com metas para o salário mínimo a longo prazo.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) ressaltou que o governo não está cumprindo os compromissos de campanha. Edison Lobão (PFL-MA) apoiou a proposta do petista.

## Alvaro: não-cumprimento de promessa causa indignação

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o descumprimento do compromisso assumido pelo então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de dobrar o poder de compra do salário mínimo durante seu mandato, está provocando indignação entre os trabalhadores brasileiros. Para piorar, acrescentou, até as fórmulas de resgate do poder de compra do salário mínimo, mesmo a médio prazo, não têm sido aceitas pelo governo federal.

– Em sua última ida ao Senado, o ministro Antonio Palocci descartou até mesmo vincular o reajuste do salário mínimo em 2005 ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), como queriam alguns parlamentares da base aliada. E disse, pasmem, senhores senadores, que a falta de apoio a medidas do governo no Congresso afeta a credibilidade externa do país.

Na avaliação de Alvaro Dias, “é vexaminoso que o governo federal trate a questão do salário mínimo nestes termos”. O parlamentar opinou que, em vez de se preocupar com o que estão pensando do Brasil no exterior, o presidente e os seus ministros devem pensar é no sofrimento de milhões de brasileiros que recebem um salário mínimo por mês e estão sofrendo com o pequeno reajuste oferecido.



**POSTURA** Governo deve se preocupar com o povo e não com a imagem do país, diz Alvaro

O senador do Paraná assinou que, enquanto no Brasil o governo não quer estabelecer um salário mínimo maior que R\$ 260, em países mais pobres o valor é bastante superior. Enumerou os casos do Paraguai (R\$ 441), Costa Rica (US\$ 347), Guatemala (US\$ 178), El Salvador (US\$ 154) e Venezuela (US\$ 167).

Em aparte, Cristovam Buarque (PT-DF) opinou que chegou o momento de Lula fazer um acerto de contas com o discurso anterior do seu partido, o PT. Já Edison Lobão (PFL-MA) declarou que as promessas dos candidatos geralmente se transformam no calvário do governante. Ele sugeriu que seja concedido ao presidente um crédito de confiança para cumprir o que pregou.



**DISCUSSÃO** Jucá ressalta conferência da Secretaria Especial para as Mulheres

## Jucá elogia política do governo Lula para mulheres

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou a realização, nos dias 15, 16 e 17 de julho, em Brasília, da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A iniciativa é da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Conforme o parlamentar, a conferência representará “excepcional oportunidade para que se possa avançar na discussão de caminhos para redução das desigualdades e para enfrentamento dos diversos tipos de violência”.

Jucá afirmou que um mérito a ser reconhecido no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o esforço de dialogar com a sociedade, para ouvir os segmentos sociais mais interessados, antes de definir políticas públicas voltadas para determinado setor. É dessa forma, disse o senador, que o governo tem atuado nas mais diversas áreas. Ele ressaltou ainda que, com o Plano Nacional de Política para as Mulheres, Lula evidencia que sua decisão de criar uma secretaria voltada para as mulheres não configurou mera estratégia de marketing político.

Romero Jucá destacou também o avanço na condição da mulher, que, observou, tem conseguido mostrar capacidade e valor nas mais diversas áreas da vida social.

# Líderes tentam acordo sobre parcerias público-privadas

■ Proposta prevê mais investimentos em segurança, habitação, saneamento básico e infraestrutura

O debate sobre as normas para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPPs) pelas administrações federal, estaduais e municipais deve abrir amanhã a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para as 10h. A questão é objeto de projeto de lei da Câmara (PLC 10/04), que recebeu parecer favorável do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), mas ainda está pendente de acordo entre os líderes partidários, que se reúnem hoje para discuti-lo.

Elaborada para promover ajustes nas licitações (Lei



**DECISÃO** Valdir Raupp é relator do projeto, que será discutido amanhã pela CAE

8.666/93) e concessões de serviços públicos (Leis 8.987/95 e 9.074/95), a proposta cria um modelo de contratação em que entes públicos e empresas privadas, por meio de compartilhamento de riscos e financiamento privado, assumem a realização de serviços ou empreendimentos públicos. A inten-

ção é prover investimentos em áreas como segurança pública, habitação, saneamento básico e infraestrutura viária e elétrica, com demandas inviabilizadas, muitas vezes, pela incapacidade financeira da administração pública.

Outras duas proposições em pauta na CAE beneficiam a produção agrícola nacional. Projeto (PLS 96/01) do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) prevê o expurgo da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) das operações rurais realizadas com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Já projeto (PLS 517/03) do senador César Borges (PFL-BA) muda a Lei 10.696/03, que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas de operação de crédito rural.



**ELEIÇÃO** Marcos Guerra elogia novo presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo

## 2004 será favorável às indústrias, diz Marcos Guerra

Ao destacar a eleição do empresário do ramo de confecções Lucas Izoton Vieira para a presidência da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes), o senador Marcos Guerra (PSDB-ES) ressaltou que o ano de 2004 deverá ser favorável às indústrias nacionais. Ele registrou que há seis meses os resultados do segmento não param de crescer.

Na avaliação do parlamentar, o fato de o primeiro trimestre deste ano ter apresentado exportações em ascensão e o início de recomposição do mercado interno, poderá desencadear a retomada da atividade no setor industrial. Mesmo assim, ele registrou que os industriais ainda não manifestam muito otimismo, já que a economia poderia apresentar um desempenho ainda melhor, não fosse a interrupção na queda dos juros.

– Conhecedor dos desafios, Lucas Izoton estabeleceu, entre suas principais metas, a eliminação dos gargalos que impedem o desenvolvimento da indústria capixaba, principalmente quanto ao mercado externo e aos pequenos empreendedores. Será uma atuação em parceria com o governador Paulo Hartung, o que em nada impedirá a independência de ação da entidade – destacou Marcos Guerra.

## Comissão de Justiça vota pedidos de informações sobre sonegação da CPMF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar quarta-feira pauta de 47 itens, entre eles requerimentos do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) para averiguar denúncia de sonegação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por instituições bancárias em favor de certos clientes.

O senador apresentou dois requerimentos de informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O primeiro indaga se o ministro tem conhecimento de que o Banco do Brasil permite a clientes especiais o pagamento de compromissos com cheques de terceiros, com a conseqüente sonegação da CPME. No outro requerimento, Antero pretende que Palocci in-



**MEDIDAS** Antero Paes de Barros quer providências quanto às denúncias envolvendo bancos

forme quais são os bancos autuados por suspeita de sonegação da CPMF e se o Banco do Brasil está incluído entre eles.

Em discurso no início do mês, o senador pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva medidas para aplicar com maior rigor a lei que criou a CPME,

de forma a impedir o que ele classificou de “sangria” realizada pelos bancos que não cobram a contribuição de clientes preferenciais.

Lembrando que o Executivo tem editado inúmeras medidas provisórias (MPs), Antero recomendou ao governo que edite uma proibindo os bancos de permitirem mais de um endosso em cheques de terceiros, para evitar o escoamento de dinheiro da CPME.

Também de autoria de Antero Paes de Barros, deverá ser votado requerimento pedindo à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, informações sobre depósitos feitos diretamente pela Petrobras na conta de credores do estado de Mato Grosso do Sul.

## Serys e Agaciel são homenageados com a Ordem do Mérito Naval

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, foram agraciados sexta-feira com a Ordem do Mérito Naval. Serys recebeu o grau de Grande Oficial e Agaciel, o de Comendador. A cerimônia de entrega foi em Brasília, no Grupamento de Fuzileiros Navais.

A condecoração é anual e acontece simultaneamente em todo o país. A Ordem do Mérito foi criada em julho de 1934 e premia militares que se distinguiram no exercício da profissão e, excepcionalmente, organizações e personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Marinha do Brasil.





**ADVERTÊNCIA** Tião Viana diz que obesidade é um dos maiores problemas de saúde

## Projeto de Tião Viana institui dia de prevenção à obesidade

Está na Comissão de Educação, para decisão terminativa, projeto de lei (PLS 31/04) que institui o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade, a ser celebrado anualmente em 11 de outubro. O objetivo é conscientizar a população sobre a importância de prevenir a obesidade. O projeto, que já tem parecer favorável do senador Aelton Freitas

(PL-MG), é de autoria de Tião Viana (PT-AC).

– A obesidade passou a ser considerada um dos maiores problemas de saúde pública nas últimas décadas em um grande número de países do mundo. O combate à obesidade tornou-se objeto da preocupação e da promoção de ações em escala internacional, pois essa doen-

ça crônica provoca ou acelera o desenvolvimento de múltiplas enfermidades e complicações que comprometem a saúde dos indivíduos – afirma Tião Viana.

Ele explica que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a obesidade é uma doença crônica e complexa que pode ser provocada por vários fatores, entre eles os ge-

néticos, enzimáticos, endócrinos, familiares, dietéticos e psicológicos.

O Dia Nacional de Prevenção da Obesidade, conforme Tião Viana, seria uma maneira de informar e chamar a atenção da sociedade para a importância da prevenção como fator de melhoria da qualidade de vida e da adoção de hábitos alimentares saudáveis.

## Mozarildo defende mais assistência à população

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) definiu como um caso grave de saúde pública o resultado de pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) indicando que quase 38% da população brasileira de mais de 50 anos é completamente desdentada. A mesma pesquisa revela que 24,5 milhões de brasileiros não possuem um dente sequer, o que representa mais de 14% da sociedade.

Para o senador, há uma falha grave na estrutura social, que não permite a um contingente enorme manter um mínimo de saúde bucal ao longo da vida. Em sua opinião, esse é um campo em que a prevenção do Sistema Único de Saúde (SUS) poderia atuar de modo eficaz.

– Além da deficiência na saúde bucal, a pesquisa coordenada pela Fiocruz identificou que mais de um quarto dos brasileiros consideram que seu principal problema é o estado de ânimo: depressão, tristeza, ansiedade e preocupação. Seguem-se mais de 18% que indicam mal-estar físico ou dores no corpo e dificuldade de sono como males constantes.

Mozarildo identificou a causa de tais estados depressivos na trajetória econômica do Brasil nas últimas décadas, que, em sua avaliação, não tem ajudado muito o cidadão comum.



**TRISTEZA** Mozarildo observa que situação econômica não favorece o cidadão comum

## Intoxicação de agentes de saúde é tema de audiência

**■ Subcomissão ouve especialistas amanhã em busca de orientações para resolver o caso**

A Subcomissão de Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), realiza amanhã, a partir das 19h, audiência pública com o objetivo de debater a intoxicação de milhares de agentes de saúde por inseticidas, principalmente os utilizados no combate ao mosquito da dengue (*Aedes aegypti*). Sugerida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP), a audiência permitirá o recolhimento de informações que orientem o Senado com respeito à sua atuação para resolver o caso.

Participarão do debate a bióloga Fátima Ferreira da Silva, especializada em gestão, preservação e legislação de meio ambiente; o presidente da Fun-



**CUIDADO** Papaléo apresenta projeto que dispõe sobre utilização de pesticidas

dação Nacional de Saúde, Valdir Camárcio; o vice-presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Alberto de Paula Machado; e a médica neurologista, mestre em Saúde do Trabalhador e doutora em Ciências Ambientais, Heloísa Pacheco Ferreira, professora da Faculdade de Medicina da Universidade Fe-

deral do Rio de Janeiro.

Além de requerer a audiência, o senador Papaléo apresentou projeto de lei (PLS 123/04) que dispõe sobre a utilização de inseticidas em atividades de saúde pública. O projeto estabelece que apenas inseticidas registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) poderão ser utilizados em atividades de saúde pública, sob responsabilidade de autoridade sanitária. Exige-se ainda, para o registro de inseticida, o cumprimento dos requisitos fixados pelos órgãos federais responsáveis pela saúde, meio ambiente e agricultura, recomendando-se atenção a eventuais alertas por parte de organizações internacionais atuantes nesses três âmbitos.

Para registro de novo produto inseticida, será observado o grau da ação tóxica, nunca superior aos registrados previamente, de acordo com os parâmetros regulamentares.

## Papaléo quer evitar favorecimento político em filas para transplantes

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu o fim do favorecimento político na fila de transplantes de caráter público. Para ele, nem tentativas de interferência devem ser admitidas.

– É preciso que nosso país acabe, em definitivo, com essas práticas, infelizmente ainda corriqueiras, que partem de uma inaceitável confusão entre o âmbito público e o privado – afirmou.

Papaléo lembrou o escândalo envolvendo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), há cerca de um ano, de superfaturamento na compra de remédios, e a mais nova denúncia do

oncologista Daniel Tabak, ex-diretor do Centro de Transplante de Medula Óssea, sobre a ocorrência de favorecimentos na fila de transplantes. Ele informou que a Câmara dos Deputados instaurou uma comissão externa para investigar a questão.

– O relatório preliminar da comissão não confirma a ocorrência de ingerências políticas na fila de transplantes, admitindo, contudo, que teria havido uma tentativa de interferência – salientou o senador.

Conforme Papaléo, o relatório destaca a falta de transparência e de controle na lista de espera de pacientes, citando o

exemplo de outros setores mais organizados, como os responsáveis pelos transplantes de rins, fígado e coração, cujas listas de espera podem ser consultadas pela Internet. Além disso, continuou, o relatório propõe aperfeiçoamentos na legislação, inclusive na Lei dos Transplantes (9.434/97), a fim de garantir regras claras para a lista única de espera e para definir as atribuições do Sistema Nacional de Transplante.

– Não há qualquer motivo para que a lista de transplante de medula óssea do Inca seja tratada como segredo, nem muito menos que seja manipulada às ocultas – concluiu.



**RISCO** Valmir Amaral lamenta falta de dispositivo para evitar novo uso de seringa descartável

## Valmir Amaral quer impedir reutilização de seringas

Valmir Amaral (PMDB-DF) repetiu alerta que havia feito no ano passado pedindo a regulamentação urgente da Lei 9.273, sancionada em 1996, que obriga a inclusão de dispositivo de segurança impedindo a reutilização de seringas descartáveis fabricadas ou comercializadas no Brasil. O senador destacou que o prazo de regulamentação da lei era de seis meses e considera “inaceitável” o descaso com uma legislação sancionada há oito anos pelo presidente da República.

Valmir Amaral ressaltou que as seringas usadas hoje no país são jogadas fora após sua utilização apenas pela vontade do usuário, uma vez que é possível serem usadas novamente. “Não há dispositivo de segurança que impeça a reutilização”, afirmou. O senador lamentou ter que retornar ao assunto, mas acredita que muitas vidas humanas são ceifadas devido à falta de regulamentação da lei.

O Ministério da Saúde estima em 800 mil o número de usuários de drogas injetáveis no Brasil. Relatório do ministério indica que 25% dos casos de Aids estão direta ou indiretamente relacionados ao uso de drogas injetáveis e 36% dos casos de Aids pediátrica apontam um dos progenitores como usuário desse tipo de drogas, informou o senador.



**RECONHECIMENTO** Para Simon, homenageado deixa o cargo após "profícua administração"

## Simon elogia atuação do procurador Sabo Paes

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou a "admirável gestão" do procurador José Eduardo Sabo Paes na Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Após relatar o extenso currículo profissional de Sabo Paes, gaúcho de Ijuí, o senador solicitou a transcrição, nos Anais da Casa, do pronunciamento feito pelo procurador na sua despedida do cargo.

– Depois de uma profícua administração, ele passou o cargo a seu sucessor, a quem desejamos sucesso na empreitada – disse Simon.

Formado pela Universidade de Brasília (UnB), Sabo Paes obteve o doutorado em Direito Constitucional pela Universidade Complutense de Madri (Espanha) e lecionou em instituições como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo, e a própria UnB. Ele escreveu ainda o livro *O Ministério Público na Construção do Estado Democrático de Direito*.

Na sua despedida, Sabo Paes comunicou aos colegas que não concorreria às próximas eleições por nova indicação ao cargo por considerar que a construção de um Ministério Público forte representa "desafio permanente que deverá ser enfrentado, a cada etapa, por novos atores".

# Zambiasi propõe incentivo para quem fizer doações

Projeto do senador prevê que até 60% do valor das contribuições sejam deduzidos do Imposto de Renda

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) está propondo a união de esforços entre o poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor para ampliar a rede de solidariedade já existente no Brasil. Com o projeto, conhecido como Lei da Solidariedade, empresas e pessoas físicas poderão fazer doações a entidades assistenciais ou a fundos sociais, tendo em contrapartida a possibilidade de abater até 60% desse valor do Imposto de Renda (PLS 383/03).

Proposta semelhante, também de iniciativa do senador quando presidia a Assembléia



**COMPROMISSO** Zambiasi quer ampliar a rede de solidariedade já existente no país

Legislativa do Rio Grande do Sul, está em funcionamento no estado. É a Lei de Apoio à Inclusão e Promoção Social, baseada em compensação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Já a proposta apresentada no Senado prevê que os contribuintes efetuem doações a enti-

dades de assistência social e ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. As empresas que fizerem doações terão o limite de aplicação de 2% do imposto devido, e as pessoas físicas, 6%.

O projeto permite que os Executivos federal, estaduais e municipais concedam o selo "Compromisso com a Inclusão Social", a ser aplicado em materiais de divulgação das empresas, com o objetivo de reconhecer o compromisso das doadoras com a inclusão social.

Na justificativa da matéria, Zambiasi destaca a importância da responsabilidade social para as empresas e ressalta que "o Brasil precisa de um instrumento eficaz de combate à pobreza e à miséria".



**LEGISLAÇÃO** Paim defende a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

## Paim pede medidas de combate ao racismo

A divulgação do relatório da organização Anistia Internacional, que aponta a violação de direitos humanos e o assassinato de milhares de jovens – especialmente negros ou pardos – nas mãos da polícia, levou o senador Paulo Paim (PTB-RS) a pedir que seja realizada campanha nacional contra o racismo. Ele também defendeu a aprovação do projeto de sua autoria que institui o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03).

– Transformado em lei, o estatuto certamente contribuirá para a reversão desse quadro que muito envergonha a sociedade brasileira – disse Paim.

De acordo com o senador, a Anistia Internacional afirma que, apesar dos esforços para criar uma política de segurança pública, o governo não conseguiu frear a violação dos direitos humanos e a morte de jovens em confronto com a polícia. Porém, continuou Paim, a ONG indica que nenhuma das mortes foi investigada.

O projeto que institui o estatuto está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o senador Almeida Lima (PDT-SE) pediu vista do relatório de César Borges (PFL-BA). Também as Comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) serão ouvidas sobre a matéria.

## Rondônia não respeita Estatuto da Criança e do Adolescente, diz Fátima

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) afirmou que o governo de Rondônia age com indiferença em relação ao tema da exploração sexual de crianças e adolescentes, a seu ver um "verdadeiro câncer que se alastra no tecido social brasileiro". Ela observou que o estado tem sido incapaz de gerenciar a Casa da Adolescente, que abriga apenas seis jovens.

Segundo a senadora, graves denúncias foram apresentadas à imprensa, à Justiça e ao Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, a respeito da manutenção das seis adolescentes como prisioneiras em um ambiente que deveria ter características educativas. Fátima Cleide adverte que o governo do estado consagrou o prin-



**CRÍTICA** Fátima apresenta irregularidades na gestão da Casa da Adolescente

cípio do apadrinhamento político com a nomeação de "pessoas sem qualificação" para dirigir a Casa da Adolescente.

– A infância e a juventude em Rondônia não contam com o mínimo respeito do estado ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com

apenas seis jovens internas, essa unidade está longe de atender às exigências da legislação, entre as quais a adoção de medidas sócio-educativas – constatou.

Conforme Fátima, as adolescentes não recebem nenhuma orientação pedagógica e passam quase todo o dia trancadas em suas celas, sem garantia sequer do direito ao banho de sol. As mães das jovens, disse a senadora, já denunciaram que elas não podem receber ou enviar correspondências. As mães também reclamam que as filhas são frequentemente constrangidas com a presença de policiais militares, que são chamados à noite por uma monitora, quando as jovens já estão em trajes de dormir.

## Sibá quer unificar data da eleição para os três níveis de governo

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) para fazer coincidir os mandatos federais, estaduais e municipais. A proposta acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias estabelecendo que os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos em 2008 tenham mandato de seis anos para permitir que, a partir de

2014, sejam eleitos, na mesma data, todos os ocupantes de cargos eletivos no país (PEC 20/04).

Na justificativa da proposta, Sibá argumenta que a coincidência dos mandatos melhorará as condições de governabilidade do país, além de representar economia nos gastos de campanha e menor uso da máquina governamental nas eleições.

Segundo ele, a unificação das elei-

ções dos três níveis de governo significará redução de gastos com deslocamentos para o eleitor que, muitas vezes, vota em município distante daquele em que mora. Da mesma forma, a mobilização do contingente de pessoas requisitadas pela Justiça Eleitoral se dará em intervalos maiores.

Sibá afirma ainda que os custos do processo eleitoral seriam redu-

zidos, bem como os riscos de fraudes. Ele cita dados da Associação dos Municípios Paranaenses, que estimam que o pleito do ano 2000 custou R\$ 6 bilhões. Dois anos depois houve novo dispêndio, dessa vez para as eleições municipais.

A PEC tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator designado é o senador Fernando Bezerra (PTB-RN).



**VANTAGENS** Medida diminui gastos de campanha e riscos de fraudes, afirma Sibá

## Luiz Otávio quer política para transporte ferroviário

Moreira Matiz



**GANHOS** Luiz Otávio faz apelo ao Executivo para investir em novas ferrovias

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) defendeu a implantação de uma política nacional para os transportes ferroviários. Em apelo ao Executivo, ele ressaltou que está mais do que na hora de o Brasil recuperar, pelo menos em parte, o muito que perdeu por não ter investido em seu sistema ferroviário. O senador também defendeu a construção da ferrovia Pará-Maranhão-Piauí, interligando as capitais dos três estados.

Se a expansão da malha ferroviária brasileira será útil para todos os setores produtivos do país, maiores serão os seus efeitos nas regiões mais distantes do eixo econômico nacional, como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, argumentou Luiz Otávio.

– Superar os desequilíbrios regionais, promovendo a inserção de áreas consideradas periféricas aos centros dinâmicos da economia, é passo importante e decisivo para que o país atinja o desenvolvimento harmonioso e perene, que afaste qualquer forma de exclusão entre as diversas unidades federativas – ponderou ele.

O senador argumentou não haver nenhum país no mundo contemporâneo que tenha se desenvolvido sem o concurso da malha ferroviária. Ele citou como exemplos os Estados Unidos e o Japão.

Um país com a dimensão continental do Brasil não pode, no entendimento do senador do Pará, se dar ao luxo de esquecer a necessidade de integração regional.

Um bom sistema ferroviário, a exemplo do existente nos países de economia avançada, avalia ele, representará ganhos extraordinários como o incremento do comércio – com o barateamento dos preços das mercadorias e o fomento do consumo – e o adequado aproveitamento das potencialidades turísticas.

Luiz Otávio defendeu ainda a recuperação das ferrovias como primeiro passo para a expansão do setor.

contínua da área. Ele acusou o governo de se comportar de forma autoritária durante o processo de homologação da reserva indígena, sem manter diálogo com a população.

Segundo o senador, a demarcação contínua da reserva criaria um clima de animosidade entre as próprias etnias instaladas no local, uma vez que elas se encontram em estágios diferentes de aculturação.

– Juntar índios de etnias diferenciadas numa mesma área significará a criação de um verdadeiro barril de pólvora. Em face dessa realidade, por que não realizar um plebiscito entre os índios para, democraticamente, averiguar a vontade deles? Será por receio de que a vontade dos índios da Raposa/Serra do Sol poderá ser contrária a interesses escusos de entidades ou instituições que só querem do Brasil as suas riquezas, sem qualquer compromisso com seus habitantes? – questionou o parlamentar.

# Lobão defende projeto que auxilia pequenas empresas

■ Senador pede apoio a anteprojeto elaborado pelo Sebrae, que dá tratamento fiscal diferenciado ao setor

Célio Azevedo



**NA INTERNET** Lobão informa que pesquisa feita pela entidade está disponível na rede mundial

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu ao Congresso que apóie o anteprojeto elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que sugere medidas para regulamentação desse segmento do empresariado.

A proposta, informou o senador, intitulada Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, contém 120 artigos e 12 capítulos e busca tratamento fiscal e administrativo diferenciado para o

setor. O trabalho foi realizado pela entidade com base em levantamento feito junto a 6 mil empresários e já está disponível na página do Sebrae na Internet.

Para Lobão, é fundamental que os parlamentares incentivem a idéia em função da importância que os micro e pequenos empresários têm para a economia e o desenvolvimento do país. Ele citou, entre outros dados, o fato de o segmento responder por 56% dos empregos com carteira assinada do país e por cerca de 29% do Produto Interno Bruto (PIB).

Outra preocupação do senador é quanto às dificuldades que essas empresas enfrentam, especialmente em virtude da pesada carga tributária e dos procedimentos burocráticos. Esses são, na visão do senador, os principais motivos para o grande número de trabalhadores informais que participam do segmento.

## ▼ Lei Geral poderá centralizar legislação do setor

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é um dispositivo previsto no texto da reforma tributária, aprovada no ano passado. Ela irá centralizar toda a legislação das micros e pequenas empresas (MPEs) e regulamentar matéria existente, como o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei 9.841/99).

Um dos principais avanços da lei é a instituição de um cadastro nacional de todas as MPEs, reduzindo a burocracia para a abertura de novos negócios. Além disso, o projeto propõe a arrecadação unificada de tributos federais, estaduais, distrital e municipais, ampliando o sistema Simples, adotado atualmente e que unificou apenas a legislação federal.

Segundo o Sebrae, as micro e pequenas empresas representam 98% dos 4,1 milhões de empresas formais nos setores de indústria, comércio e serviços, respondendo por 20% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Ainda conforme dados do Sebrae, elas são também as maiores geradoras de empregos do país.

Gerardo Magela



**AVALIAÇÃO** Augusto diz que demarcação contínua pode acirrar ânimos entre etnias

## Augusto sugere plebiscito sobre reserva em Roraima

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) sugeriu a realização de um plebiscito entre os índios que ocupam as áreas que poderão ser incluídas na reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, para avaliar se eles desejam ou não a demarcação

## Lúcia Vânia: 2 milhões de professores não usam Internet

Roosevelt Pinheiro



**PREVISÃO** A falta de perspectiva para o jovem agrava a violência, afirma Lúcia Vânia

Com dados que demonstram que 47% dos desempregados têm menos de 24 anos, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cobrou ações do governo para valorizar a educação, que passa pelo estímulo de professores e sua formação em recursos tecnológicos. Da maneira atual, com professores desvalorizados e escolas em meio à insegurança, a senadora acredita que não há como oferecer esperança para a população jovem.

– Como estamos preparando essa geração para disputar uma vaga no mercado de trabalho cada vez mais seletivo? De forma absolutamente pre-

cária – afirmou Lúcia Vânia, com base em pesquisa da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sobre a capacitação tecnológica dos professores brasileiros.

O estudo, disse a senadora, aponta que seis em cada dez professores brasileiros jamais utilizaram a Internet ou correio eletrônico. No total, são 2 milhões de professores e 50 milhões de alunos sem preparo para o uso de ferramentas

tecnológicas.

Os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), estimados em R\$ 3 bilhões, estão parados no caixa do Tesouro. O fato, para Lúcia Vânia, é grave, tendo em vista que 80% dos 5 mil professores que participaram da pesquisa da Unesco estão espalhados pelas 180 mil escolas públicas do país.

A falta de perspectivas, na opinião da senadora, agrava a violência. Ao mesmo tempo, Lúcia Vânia avaliou que a violência nas escolas, onde, rotineiramente, são encontradas armas e drogas, é um fator adicional para o desestímulo dos professores, que deveriam ser os profissionais mais valorizados do país.

– Sem reverter esse cenário, não haverá esperança para acabar com o desemprego – alertou Lúcia Vânia.

# Amamentação, um direito da mãe e do bebê

Os bebês devem ser alimentados exclusivamente com leite materno até os seis primeiros meses de vida e, em conjunto com outros alimentos, até os dois anos de idade. Essa é a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, após uma série de pesquisas no Brasil e no mundo que

comprovaram que os bebês que recebem o leite humano se desenvolvem melhor e têm menos doenças, já que o alimento contém todos os nutrientes de que a criança necessita.

Para as mães, dar o peito também faz bem à saúde, já que o ato ajuda a diminuir o volume do útero, evita a hemorragia no pós-parto, reduz os riscos de

contrair câncer de mama e osteoporose, facilita a recuperação do peso corporal e protege contra anemia, entre outros benefícios físicos e psicológicos. Além de alimentar o seu filho, a mulher pode ainda doar o excesso para um banco de leite e ajudar a alimentar bebês prematuros ou doentes internados em hospitais ou outras crianças

cujas mães estão impedidas de amamentar.

Apesar de todas as vantagens, levantamento feito pelo Ministério da Saúde, em 1999, demonstrou que a média nacional de aleitamento materno como alimentação exclusiva é de apenas 38,8 dias. Já estudo realizado pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São

Paulo (USP), em 2003, indicou que 13,9% dos bebês de até seis meses são amamentados exclusivamente com leite materno no estado de São Paulo.

Neste Especial Cidadania, saiba mais sobre os direitos da mãe de amamentar, como funcionam os bancos de leite humano e os telefones e informações úteis para as mães e os bebês.

## Todas as mulheres sadias conseguem produzir leite

As mulheres sadias conseguem produzir leite materno e também doar, independentemente da idade em que se é mãe, tipo de parto realizado e tamanho dos seios. Mulheres portadoras de doenças, como as infectadas pelo vírus HIV, que façam uso de medicações ou drogas, que sejam alcoólatras ou que fumem mais de dez cigarros por dia estão impedidas de doar leite, segundo orientações do Ministério da Saúde.

Para uma boa amamentação, a posição do bebê ao seio e a forma em que ele pega a mama são fundamentais. O ato de sugar o peito é o que estimula a produção de leite. Por isso, começar a amamentar desde a sala de parto facilita a descida mais rápida do leite. Algumas dicas para as mães:



**DAR O PEITO** Uma posição confortável durante a amamentação beneficia a mãe e o bebê

- Busque uma posição confortável, seja deitada, em pé ou sentada, de forma que todo o corpo do bebê esteja voltado para o da mãe.
- Em vez de colocar apenas o mamilo na boquinha do bebê, a mãe deve oferecer-lhe toda a aréola. Ele deve pegar o máximo possível. Dessa forma, os lábios do bebê ficam virados para fora, como uma "boquinha de peixe".
- Diariamente, exponha os mamilos ao sol durante alguns minutos e passe um pouco do próprio leite na região da aréola para eliminar bactérias,

- umedecer e manter a elasticidade da pele. Esse procedimento evita rachaduras e fissuras de bico.
- Se o mamilo parece achatado quando sai da boca do bebê no fim da amamentação, se a mãe sente dor nos mamilos durante e após a lactação ou o bebê parece desconfortável, a mamada está sendo feita de forma incorreta.
- Mães que acumulem leite devem tirá-lo para evitar empedramentos ou mastite.
- Amamente seu filho. Antes de deixar que outra mulher o amamente, busque orientação mé-

dica ou ajuda nos bancos de leite.

- O uso de bicos, chupetas ou mamadeiras deve ser evitado, pois prejudica a amamentação. Os bebês que usam mamadeira acabam largando o peito.

### Como tirar o leite para armazenar em casa ou doar

A mãe deve retirar e armazenar leite para dar ao bebê durante a sua ausência, para aumentar a produção ou para doar a um banco de leite humano (BLH). Em qualquer um dos casos, a retirada manual, com as próprias mãos, é a mais indicada. Para melhor resultado na coleta, o ideal é que ela seja feita em local agradável

vel, onde a mãe se sinta relaxada. Antes de tirar o leite, realize massagens circulares até o mamilo para ajudar na retirada.

Utilize frasco com tampa para depositar o leite. O recipiente deve ser esterilizado antes do uso: coloque o frasco vazio em água fervente e deixe ferver por mais 15 minutos. Colete o leite diretamente no vidro e guarde-o na geladeira por 24 horas ou no freezer por até 15 dias. Aqueça-o em banho-maria. Na falta de geladeira, o leite poderá ser guardado até duas horas em local fresco e dado ao bebê em copinho ou colher.

Para doar a um banco de leite humano, a mãe deve ter boa saúde e ser avaliada por uma equipe médica. O Brasil possui a maior e mais completa rede de bancos de leite humano do mundo, trabalho premiado pela Organização Mundial da Saúde. São 171 bancos, distribuídos pelo país, com exceção do estado de Roraima.

Antes de ser distribuído, o leite é pasteurizado e testado. O Distrito Federal é campeão em coleta de leite humano. Todos os bebês atendidos em maternidade pública são alimentados com leite humano.

O Disque Saúde também dá informações sobre amamentação, pelo telefone 0800 61-1997, das 8h às 18h. A ligação é gratuita. A lista completa da rede de bancos de leite pode ser encontrada no site [www.fiocruz.br/redeblh](http://www.fiocruz.br/redeblh).

## Legislação garante licença-maternidade de 120 dias

A mãe que trabalha sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecida pelo Decreto-Lei 5.454/43, ou que seja contribuinte da Previdência Social tem direito à licença-maternidade de 120 dias e a dois descansos remunerados de meia hora por dia, quando retornar ao trabalho, para amamentar seu filho, até que

ele complete seis meses. Ela não pode ser demitida. A empresa que tiver 30 ou mais mulheres em seu quadro deve oferecer local apropriado.

Esses direitos estão previstos na CLT. As trabalhadoras rurais também têm direito ao benefício, assegurado pela Lei 8.213/91. Com a Lei 1.0421/02, a licença-gestante foi estendida às mães adotivas, variando

conforme a idade da criança adotada. Até 1 ano de idade: 120 dias; de 1 a 4 anos: 60 dias; de 4 a 8 anos: 30 dias.

### Projetos

Produtos utilizados no aleitamento artificial devem conter tarja com expressão que ressalte a importância do aleitamento materno. Essa é a proposta (PL 3059/92) do então deputado José Maria Eymael.

Já o deputado Pastor Reinaldo (PTB-RS) apresentou projeto (PL 2.132/03) para instituir a Campanha Educacional sobre Atendimento Materno. Do então senador Luiz Pontes é a proposta (PLS 174/00) que prevê a cobertura obrigatória pelos planos de saúde das despesas de acompanhante de recém-nascidos e crianças hospitalizados.

### Informações úteis

**Disque Saúde** – 0800 61-997  
**PrevFone** – 0800 78-0191

#### Rede Nacional de Bancos de Leite Humano

Manuais técnicos sobre coleta, esterilização e armazenamento  
Tel: (21) 2553-9662  
[www.redeblh.fiocruz.br](http://www.redeblh.fiocruz.br)

#### Grupo Origem de Apoio e Promoção do Aleitamento Materno

Av. Beira Mar, 3661/18  
53130-540 Olinda (PE)  
Tel: (81) 3432-7701  
[www.aleitamento.org.br](http://www.aleitamento.org.br)  
[www.redevialactea.blogspot.com.br](http://www.redevialactea.blogspot.com.br)

#### Centro de Incentivo e Apoio ao Aleitamento Materno (CIAAM)

Tel: (11) 5576-4514  
[www.unifesp.br/centros/ciaam/index.htm](http://www.unifesp.br/centros/ciaam/index.htm)

#### Amigas do Peito

Rua do Catete, 214, Sala 612  
22220-001 Rio de Janeiro (RJ)  
Disque Amamentação:  
(21) 2285-7779  
[www.amigasdopeito.org.br](http://www.amigasdopeito.org.br)

#### Associação Brasileira dos Profissionais de Bancos de Leite Humanos (ABPBH)

SRTVN, Quadra 701, Conj. C, Sala 622, Bloco A  
70719-000 Brasília (DF)  
[www.abpblh.org.br](http://www.abpblh.org.br)

#### Instituto Fernandes Figueira

Tel: (21) 2553-0052  
SOS Amamentação:  
0800 26-8877  
[www.iff.fiocruz.br](http://www.iff.fiocruz.br)

#### Aleitamento

[www.aleitamento.med.br](http://www.aleitamento.med.br)



**SOLIDARIEDADE** A retirada do leite para doação deve ser feita com as próprias mãos